


A INFLUÊNCIA DOS ESTUDOS DECOLONIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

THE INFLUENCE OF DECOLONIAL STUDIES ON PROFESSIONAL TRAINING IN SOCIAL WORK

Francisco Elenilton Rodrigues do NASCIMENTO* 

Maria Lucielma Barbosa VIEIRA** 

Francisco Ercílio MOURA*** 

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo discutir sobre o papel dos estudos decoloniais, em especial as contribuições conceituais dos sociólogos Aníbal Quijano e Edgardo Lander, referente a colonialidade do poder e a do saber, respectivamente; destacando a importância dessa questão para a formação profissional em Serviço Social, por ampliar o entendimento histórico-original da realidade social. Para tanto, o estudo terá abordagem qualitativa com discussão narrativa-conceitual da literatura pertinente que debate sobre colonialidade e sua repercussão e de que forma o Serviço Social pode está incorporando essa temática como lente de interpretação das relações de poder e dominação na sociedade capitalista. Conclui-se que para cumprir o projeto ético-político do Serviço Social que preserve o direito e a justiça social, qualificar a sua dimensão técnica-operativa no cenário de desigualdades sociais; faz-se necessário aprimorar seu arcabouço teórico inserindo os estudos decoloniais no seu parâmetro teórico-metodológico.

Palavras-chave: Colonialidade do Poder. Colonialidade do Saber. Serviço Social. Formação Profissional.

Abstract: The present essay aims to discuss the role of decolonial studies, in particular the conceptual contributions of sociologists Aníbal Quijano and Edgardo Lander, concerning the coloniality of power and that of that, respectively; highlighting the importance of this issue for vocational training in Social Service, by broadening the historical-original understanding of social reality. To this end, the study will have a qualitative approach with narrative-conceptual discussion of the relevant literature that debates about coloniality and its repercussions and how the Social Service can incorporate this theme as a lens of interpretation of the relations of power and domination in capitalist society. It is concluded that in order to fulfil the ethical-political project of the Social Service that preserves the right and social justice, qualify its technical-operational dimension in the scenario of social inequalities; it is necessary to improve its theoretical structure inserted decolonial studies in its theoretical-methodological parameter.

Keywords: Coloniality of Power. Coloniality of Knowledge. Social Work. Vocational Training.

Submetido em 13/11/2021. Aceito em 12/04/2023.

* Assistente Social. Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Endereço institucional: Avenida Silas Munguba, 1700, Campus Itaperi, Fortaleza (CE), CEP 60714-903. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: elenilton_cot@hotmail.com

** Assistente Social. Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Endereço institucional: Avenida Silas Munguba, 1700, Campus Itaperi, Fortaleza (CE), CEP 60714-903. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: maria.lucielma@aluno.uece.br

*** Advogado e Professor Universitário. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Lima / Perú (UNMSM) e em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Colaborador do Mestrado Acadêmico em Serviço, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Endereço institucional: Avenida Silas Munguba, 1700, Campus Itaperi, Fortaleza (CE), CEP 60714-903. E-mail: francisco.ercilio@uece.br



Introdução

Os estudos decoloniais voltam-se para discussões do processo de constituição da América na sua correlação com a modernidade, a globalização em curso, o capitalismo colonial e a perspectiva eurocêntrica do mundo. A articulação desses aspectos nas pesquisas desenvolvidas no final da década de 1990, por Aníbal Quijano - pensador peruano com vastos estudos no campo decolonial e da teoria crítica -, resgatou a discussão sobre divergências histórico-sociais, que eram tratadas como situações já resolvidas nas ciências sociais latino-americanas (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

A partir da composição e agregação das contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade, foi possível estabelecer revisões historiográficas, estudos de caso e fomentar o pensamento crítico latino-americano estruturado na experiência local. A partir disso, a decolonialidade propõe-se em resgatar esse processo de negação que as sociedades colonizadas passaram, e narrar seus hábitos de acordo com suas próprias vivências, dando a importância devida maculada em outrora. Ou seja, um tipo de conhecimento produzido pelos grupos subalternos ou dominados (SILVA, 2020).

A lógica europeia autodetermina-se como centro do mundo, sinônimo de modernidade e avanço, regulador da divisão socioterritorial planetária e padrão de normalidade em detrimento das características dos povos não-europeus. A vertente eurocêntrica de viver, pensar e narrar o mundo desqualifica objetiva e subjetivamente as vivências dos povos originários, seus modos de vida, tradições culturais e conhecimentos, subjugando-os ao silenciamento¹ e ao esquecimento.

Desta feita, se estabelece a crítica ao sentido do eurocentrismo que designa separações, classificações e reducionismo que alimentam uma série de situações de injustiça social. Nesse panorama, os povos colonizados são classificados pelo quesito racial, tendo suas produções materiais e simbólicas definidas como subalternas, bárbaras, atrasadas e de pouca relevância para serem reproduzidas e lembradas na historiografia mundial.

Partindo desse panorama e visando o desenvolvimento do tema proposto, nos deteremos inicialmente sobre a discussão do papel dos estudos decoloniais para entendermos a modernidade, nos debruçando sobre os conceitos da colonialidade do poder e do saber e como se estruturam nas relações sociais e na construção do conhecimento. Em seguida, discutiremos a influência da análise da realidade sob a ótica da decolonialidade para a formação acadêmica e profissional em Serviço Social, destacando sua contribuição nas dimensões que consolidam o campo de atuação, quais sejam, a teórica-metodológica, técnica-operativa e ético-política.

¹ “O silenciamento sobre as relações raciais no Brasil pode ser entendido como um subproduto da ideologia do branqueamento desenvolvida pelas elites brasileiras, em meados do século XIX e início do XX. Essa ideologia foi evidenciada nas ciências, nas artes, nas pesquisas e na imprensa, demonstrando a expectativa dessas elites de que o Brasil se tornasse um país branco. Tal ideologia materializou-se na política de branqueamento desenvolvida pelo Estado brasileiro, que promoveu a entrada maciça de imigrantes europeus no país no período imediatamente anterior ao advento do trabalho livre e ao desenvolvimento do capitalismo experimentado no país” (SILVA, 2020, p. 125).

1. O papel dos Estudos Decoloniais para a compreensão da Modernidade

Ao falar da constituição da América associamos quase que imediatamente ao conceito de modernidade; ao capitalismo colonial e mercantil com o avanço da dominação de territórios; a busca incessante por riquezas para comercialização nas metrópoles; a servidão e a escravidão de povos não-europeus como mãos de obra para sustentar esse processo de exploração.

Esse padrão de poder estabelecido na relação tempo e espaço foram fundamentais para a nova visão de mundo emergente e para estratificar os indivíduos entre superiores e inferiores, humanos e “não-humanos”. Para tal feito, a distinção entre colonizados e colonizadores pelo crivo racial, na justificativa da diferenciação biológica, foi discurso primordial para oferecer base estrutural ao elemento constitutivo e fundacional das relações de poder colonial, das formas de controle do trabalho e de seus produtos na lógica capitalista, e do mercado mundial.

Para Carvalho (2015), nunca houve na história da humanidade invasão mais violenta como no período dos chamados “descobrimientos marítimos” como o que aconteceu nas Américas; e questiona a falsa ideia de que seria uma “terra sem dono”. Pelo contrário, os povos originários de nosso território que aqui viviam possuíam suas crenças, organização social e tecnologias para o cultivo da natureza. Desse modo, afirma que “[...] os poucos remanescentes indígenas, ‘donos originais da América’, têm um direito sagrado às terras que, no final de tantas lutas, ainda conseguiram preservar” (CARVALHO, 2015, p. 50).

Eles minimamente deveriam ser solicitados para expor suas demandas e estratégias que o poder público poderia desenvolver a fim de satisfazê-las. Porém, o que vemos é um descaso ante as suas necessidades e a resolução de algumas questões específicas por meio de ações formuladas “de cima para baixo”, com reduzido ou escasso espaço de participação social. Tudo isso se reflete na morosidade do Estado na demarcação de terras indígenas e quilombolas; na efetivação de políticas públicas que possam corresponder às suas necessidades locais; na exploração das terras e das riquezas encontradas por lá pelo ditame do capital, sob o marco do agronegócio e do extrativismo mineral.

Darcy Ribeiro (1995) relata o processo de formação do povo brasileiro e como as relações entre colonizador e colonizado se estabeleceram, percorrendo estágios de integração, de negociação, de resistência, de exploração e de execução. O autor citado destaca uma das formas de aproximação entre o europeu e o indígena, denominada de cunhadismo². Essa modalidade de relação social possibilitou o ingresso do europeu na lógica de parentesco dos povos indígenas e, também, o surgimento da classe mestiça que ocuparia o território brasileiro. Por meio dessa prática, o dito estranho ou forasteiro mantém relação com uma mulher indígena e, conseqüentemente, passa a participar da estrutura social de parentesco vigente.

² “Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua temericó e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos dos pais ou genros. Nesse caso, esses termos de consanguinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas” (RIBEIRO, 1995, p. 81).

De início, essa prática foi importante para o processo de exploração porque insere o colonizador numa dimensão de afinidade, fomentando aproximação com os colonizados e, a partir das relações sexuais advindas dessa interação, possibilitou o recrutamento de mão de obra para trabalhar na exploração das riquezas naturais encontradas. Conforme Ribeiro (1995, p. 82), os indígenas recrutados trabalhavam em atividades pesadas como “[...] cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios; caçar e amestrar papagaios e soíns. Mais tarde, serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados em troca de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comido em rituais de antropofagia”.

Tal relação entre a mão de obra indígena³ em troca das mercadorias foi uma possibilidade de ludibriá-los por utensílios aparentemente sem serventia - ferramentas de metais, espelhos, adornos e etc. -, mas atraentes por nunca serem vistos naquele local. Contudo, após o recebimento de tais apetrechos e sem mais atração, a lógica do colonizador para com o colonizado modifica-se do cunhadismo para a guerra de capturas; tornando os indígenas mãos de obra escrava. Assim, eles não foram incluídos na dinâmica colonial como membros destacados. Ao contrário, ocupavam o posto de serviçais que sucumbem até a morte pelo desgaste físico.

Visando conter a prática do cunhadismo generalizado, a Coroa Portuguesa opta pelo regime de donatarias repassando a posse da terra para determinados donatários a fim povoar, produzir e extrair riquezas para a metrópole colonial. Além disso, outras investidas também foram tomadas, como envio de pessoas para acelerar o povoamento da Colônia e a vinda das missões religiosas para conter os desejos sexuais de seus compatriotas impulsionados pelas “tentações das índias” - conforme relata Ribeiro (1995). Outrossim, todas essas iniciativas revestiam-se da intencionalidade de proporcionar o tom de civilidade àqueles descritos em algumas cartas coloniais como “bárbaros”.

Para legitimar a ideia do atraso que determinados povos originais viviam e a motivação da intervenção de “outros”, autoqualificados como modernos, para impulsionar o acesso ao avanço foi necessário a articulação das ideias de classificação racial e do trabalho como caminhos para desenhar uma nova história - mesmo que sob violências objetivas e simbólicas.

Segundo Quijano (2005), a ideia de raça foi essencial para legitimar as relações de dominação impostas na América, a expansão do colonialismo europeu e a perspectiva eurocêntrica do mundo entre europeus e não-europeus. A perspectiva mencionada é a roupagem para fundamentar as relações anteriormente existentes na dicotomia superioridade/inferioridade, agora na dinâmica entre dominadores e dominados – com foco na naturalização das condições dos povos conquistados pelos seus traços fenotípicos, conhecimentos e aspectos culturais.

³ Conforme Ribeiro (1995), a escravidão indígena predominou ao longo do primeiro século do Brasil Colônia, sendo posteriormente utilizada a mão de obra escrava vinda de África e comenta “[...] nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimentos, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas” (RIBEIRO, 1995, p. 99).

A outra face da situação é o capitalismo como estrutura reguladora do trabalho. Nele a produção, apropriação e distribuição dos produtos do trabalho são postos na órbita do mercado mundial, na relação capital-trabalho. Essa interrelação amplia-se conjugando velhas estruturas constituintes do mundo feudal associado ao avanço da colonização e do mundo mercantil com a globalização.

A colonização não é um elemento extra ou dissociado das circunstâncias do próprio período colonial, da crise do feudalismo e do avanço do capitalismo. Antes de qualquer reducionismo, pensar a colonização é a associação dele como um fio condutor entre marcos históricos que, aglutinando e transmitindo contradições, violações e a busca incessante de riqueza em suas viagens transatlânticas, possibilita a mudança de um determinado modo de ver, compreender e se relacionar com o mundo para outro.

Um exemplo disso é a expansão marítima a partir do século XV na Europa a fim de ampliar a posse de terras e o acesso às especiarias para abastecer o mercado local através dos ditos “descobrimientos” e o processo de colonização em territórios além-mar. Por isso,

[...] todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou chamar com razão de ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo o que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 16).

Desse modo, a colonização vai sendo a estratégia desenvolvida para garantir bens a um mercado europeu minado pela competitividade e a escassez de material para o comércio; a captação em diversos casos pelo uso da violência a fim de obtenção da mão de obra escrava; e reafirmar a condição dos não-europeus como serem bárbaros, nos quais deveriam ser disciplinados, se possíveis, ou morto caso não “contribuíssem” ao projeto progressista de desenvolvimento mercadológico que estava em ascensão.

Assim, a raça e a divisão do trabalho articulam-se e reforçam-se mutuamente. Essa conjugação será sistematizada na divisão racial do trabalho, onde o homem europeu poderia receber salários, exercer atividades como comerciantes, artesãos e agricultores independentes, e os nobres ocupavam cargos na administração colonial, civil ou militar “[...] numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando” (QUIJANO, 2005, p. 119). No que lhe concerne, os colonizados tinham a escravidão, a servidão e atividades como empregados de europeus não pertencentes à nobreza.

Comparada à lógica feudal, a servidão indígena⁴ não dispunha das proteções de senhores feudais, de porções de terra para produção como forma de pagamento ou algo do tipo. Pelo contrário, tinham que

⁴ “O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer” (QUIJANO, 2005, p. 120).

manter, por conta própria, as condições necessárias para a reprodução da sua força de trabalho. No caso do trabalho escravo, apesar da utilização dos indígenas, tem-se seu expoente mais significativo a mão de obra de negros trazidos do continente africano.

A dita inferioridade racial dos colonizados colocava-os num patamar indigno do pagamento de salários que deveriam trabalhar em prol de seus senhores. Não é de forma alheia que atualmente nos deparamos com pessoas que associam quase que imediatamente o trabalho braçal à população negra (construção civil, montagem, atividade doméstica, lavoura, garimpo e etc.), a naturalização da diferenciação remuneratória entre brancos e negros mesmo desempenhando iguais funções e no estranhamento quando se depara com a ocupação pelo grupo populacional em questão nos cargos de chefia, de intelectuais ou de altos patamares de mando governamental⁵.

Essa marca da classificação racial e do controle do trabalho é discutida por Aníbal Quijano (2005; 2009) ao fazer menção àquilo que denomina colonialidade do poder como sendo

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. Com a constituição da América (latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemónicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade” (QUIJANO, 2009, p. 73).

O domínio racial, social e do trabalho além de sua configuração no sistema do capital também ocupará um espaço fixo no mapa mundial - a Europa. De lá e partindo para outros territórios é que os indivíduos serão classificados, conforme seus traços fenotípicos e o domínio do trabalho nas modalidades existentes à época - servidão, escravidão e trabalhadores livres assalariados - colocando os povos colonizados sempre na posição de anormalidade e naturalização de sua condição subalterna.

Nesse caso, a colonialidade do poder articulando o controle do trabalho e a determinação racial dos indivíduos foi uma elaboração social funcional à lógica de dominação eurocêntrica-capitalista, localizando os demais povos em uma condição de inferioridade e subordinação “natural” aos colonizadores, brancos e, posteriormente, burgueses; possibilitou o desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas para a legitimidade dessa desigualdade social mencionada. Tornou-se base sólida para a exploração da mão de obra e garantiu o patamar de conformidade das massas à sua condição de vida. Desse modo, o capitalismo mundial é perpassado pelo caráter colonial, moderno e eurocentrado desde seus primórdios constitutivos.

As populações colonizadas tiveram expropriados seus conhecimentos que seriam úteis ao desenvolvimento do capitalismo nas suas tecnologias para o aumento da produção colonial, em benefício europeu, e reprimidos no âmbito da sua produção simbólica, seus sentidos e expressões culturais. Por outro

⁵ A esse respeito, ver: Dieese (2013).

lado, esses povos colonizados foram obrigados a aprender a cultura do colonizador e tê-la como válida - tal exemplo significativo é o processo de inculturação religiosa ou, segundo Caldas e Brito (2013), a colonização pela fé⁶.

Os impactos subjetivos desse processo de dominação europeia refletem-se na disseminação de preconceitos raciais para com os povos não-europeus, na sua inferiorização pelo uso da força e do condicionamento social dos traços fenotípicos como algo negativo ou animalesco, internalizados e reproduzidos como características ruins. Essa reprodução simbólica ocorria em espaços públicos e privados, onde os colonizados aprendiam sua relação com o mundo a partir da lógica eurocêntrica de ser. Tal argumentação vai ao encontro com as contribuições de Munanga (2009) que situa os impactos subjetivos dessa dominação colonial na vida dos negros através da escola e refere que

[...] privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros a única possibilidade é o aprendizado do colonizador. Ora, a maior parte das crianças está nas ruas. E aquela que tem a oportunidade de ser acolhida não se salva: a memória que lhe inculcam não é de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverno que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou. Quando pode fugir do analfabetismo, o negro aprende a língua do colonizador, porque a materna, considerada inferior, não lhe permite interferir na vida social, nos guichês da administração, na burocracia, na magistratura, na tecnologia, etc.” (MUNANGA, 2009, p. 35).

Desta feita, a história do colonizador é referenciada como “certa”, digna de ser ensinada e reproduzida; e assim, os preconceitos e estigmatizações das imagens dos povos colonizados são introjetados culturalmente, permanecendo até os dias atuais. Podemos observar, assim, que a “colonialidade sobrevive ao colonialismo” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 6). Esse padrão de poder delineou consequências profundas na composição das sociedades latino-américas, no qual

[...] assentou a conformação das novas repúblicas, modelando suas instituições e reproduzindo nesse ato a dependência histórico-estrutural. Impondo a reprodução, subsumida ao capitalismo, das demais formas de exploração do trabalho, desenvolveu-se um modelo de estratificação sociorracial entre “brancos” e as demais “tipologias raciais” consideradas inferiores (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 6).

Para Quijano (2005), o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal ajudam a explicar a autodeterminação do patamar de superioridade do povo europeu em comparação com os demais, e a naturalização do ideal de modernidade e racionalidade como frutos únicos da sociabilidade europeia. Das relações entre europeus e não-europeus emergem dicotomias codificando-os em oriente-ocidente, norte-sul, primitivo-civilizado, irracional-racional, tradicional-moderno.

⁶De acordo com Caldas e Brito (2013), o processo de colonização do Brasil é marcado pelas missões religiosas onde a proposta de evangelização seria a assimilação pelos colonizados, em especial o segmento indígena, da cultura ocidental, principalmente da religião cristã e acrescenta que “[...] os processos de evangelização dos missionários católicos e dos protestantes, embora tenham sido muito diferentes (inculturação e transculturação, respectivamente) e ocorrido em épocas diversas nas várias aldeias do Brasil, apresentaram, em regra, uma simetria quanto ao contexto social que adentrou no Brasil, que teria ocorrido após os primeiros contatos hostis com os colonizadores e extrativistas que quase exterminaram as populações por meio de matanças, escravidão, esbulho e disseminação de doenças” (CALDAS BRITO, 2013, p. 217).

Lander (2005) realiza a discussão do neoliberalismo não somente como algo que deva ser debatido no âmbito econômico, mas também na sua faceta de discurso hegemônico de modelo civilizatório. Ou seja, como síntese de valores básicos neoliberais de uma sociedade dita “moderna”, desejável e define os parâmetros do ser homem, dos hábitos, da produção de riqueza, da relação com a natureza, do conhecimento e do progresso através da naturalização das relações sociais.

Nessa lógica, o autor identifica as dimensões constitutivas dos saberes modernos e a eficácia neutralizante deles. Se por um lado, temos as sucessivas separações territoriais do mundo ocidental, historicamente determinado, corroborando para as bases do conhecimento a partir dessa lógica; por outro, temos a articulação desses saberes com a dinâmica da organização do poder - especialmente nas relações coloniais e imperiais, marcas do mundo moderno.

Para Lander (2005), as argumentações acima foram o sustento para a construção da base da perspectiva neutralizadora do conhecimento nas ciências sociais e dos saberes modernos. De início, temos a separação religiosa no mundo ocidental - entre Deus, o homem e a natureza. Tais cisões culminaram no processo de especialização do conhecimento e que,

[...] na autoconsciência européia da modernidade, estas sucessivas separações se articulam com aquelas que servem de fundamento ao contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como o moderno, o avançado) e os ‘Outros’, o restante dos povos e culturas do planeta (LANDER, 2005, p. 10).

Desse modo, com o início do colonialismo na América com suas características de modernidade e organização colonial do mundo, também organiza os saberes, as linguagens, as memórias e o imaginário sob a lógica valorativa do colonizador, da narrativa europeia e da hierarquização das diferenças culturais entre os povos. Se para as ciências sociais ocorre o impulso da “[...] cientifização da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização”; em outra vertente, temos a influência do pensamento latino-americano - dentro ou fora do continente - elaborando formas alternativas de conhecimento e questionando o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes sociais (LANDER, 2015).

Assim, retorna-se a Quijano (2005) para pensar que a colonialidade do poder e a colonialidade do saber encontram-se profundamente associadas, produzindo uma racionalidade ou conhecimento a partir do viés do colonizador. Ou seja, uma dominação ou hegemonia do conhecimento eurocêntrico, da geopolítica do saber, e pondo as demais formas de compreender a realidade de lado, entendendo-as como inferiores. Nessa lógica, fomentando a dominação subjetiva e cultural dos indivíduos categorizados como “não-europeus”. Na reflexão de Silva, Baltar e Lourenço (2018)

[...] o que resulta deste processo é o que chamamos de dependência acadêmica. Trata-se de uma relação que no campo das ideias implica na dominação de padrões de investigação, ensinamento e estudo. Essa dependência, apesar de não impedir a produção de conhecimento fora da perspectiva hegemônica, nega espaço para o seu reconhecimento e desenvolvimento (p. 72).

Tais implicações afetaram diversas ciências e áreas do conhecimento no quesito de disciplinamento e calar ao pensamento fora do padrão, como forma de genocídio intelectual e/ou violência epistêmica⁷. Em comunhão com influências da colonialidade do saber em múltiplos espaços, explicando à realidade social a partir de sua categorização universalizante, urge analisar essas implicações para o processo de formação em Serviço Social que se inspira no arcabouço teórico-metodológico das Ciências Sociais para ler e compreender a realidade social partindo das contradições da sociabilidade capitalista e dos desdobramentos advindos da exploração da força de trabalho.

2. A Relação dos Estudos Decoloniais com a Formação Profissional em Serviço Social

Ao falar sobre o processo histórico da emergência e da constituição do Serviço Social brasileiro, associamos ao avanço da industrialização e, conseqüentemente, a urbanização dos grandes centros metropolitanos. Durante a década de 1930, em decorrência da aceleração do crescimento industrial, deparamos com a outra face desse cenário, qual seja, a intensificação das desigualdades sociais expressa na crescente pobreza; nas condições precárias de vida da classe trabalhadora em relação ao ambiente de trabalho, à habitação, ao saneamento básico, à alimentação e ao acesso aos serviços de saúde. Diante desse contexto, sobreviver era a ordem do dia para a classe operária.

Quanto mais avançava a pauperização da classe trabalhadora, a capacidade de produção de riquezas expandia pelo viés da exploração (NETO, 2001). Desta feita, as relações sociais entre as classes fundamentais do processo de produção capitalista distanciavam-se pelos interesses contraditórios que gradativamente tensionava forças antagônicas. Para mediar tais conflitos, o Estado se consolida como mecanismo de múltiplas funções para atenuar as manifestações da luta da classe trabalhadora. Ele é um elemento que contribui para submissão e controle da classe trabalhadora, no entanto, sua intervenção está longe de resolver as disparidades provocadas pelo sistema capitalista, seu esforço, apenas, trata de sustentar a dinâmica econômica do sistema de acumulação de capital pelos detentores dos meios de produção. Assim sendo, as ações estatais eram focalizadas e fragmentadas, não conseguindo atender as necessidades em sua amplitude e complexidade.

O Estado busca estratégias de controle no qual o Serviço Social surge como um agente institucional vinculado à ideologia dominante capaz de influenciar o cotidiano dos sujeitos na reprodução das normas legitimadas socialmente (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). Portanto, agindo de modo interventivo, mediando interesses conflitantes e orientando sobre o acesso a políticas sociais⁸, a profissão por intermédio

⁷ “[...] cometer o ato de violência epistêmica seria obstruir e diminuir deliberadamente a validade de métodos e tentativas de produção de conhecimento distintos dos ocidentais. Muitas vezes as epistemologias não-hegemônicas são consideradas insuficientemente elaboradas e ingênuas, além de provincianas ou específicas, sem valores universalizáveis, sendo relevantes no máximo para a compreensão de fenômenos locais. Essa atitude resulta no não reconhecimento de reflexões que não se adéquem ao padrão instituído. Ao negar a determinada produção um espaço de reconhecimento, além de manter leituras hegemônicas há o impedimento de que sejam reconhecidas leituras autônomas produzidas na periferia” (SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 71).

⁸ “O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores

do Estado vai influenciando a vida das pessoas em prol de responder, mesmo que de modo pontual, as necessidades apresentadas pelos seus requisitantes (YASBEK, 1996).

Esses que a partir do movimento de consciência e identidade de sua condição como trabalhador, passam a reivindicar condições dignas de trabalho, melhores salários e dentre outros pontos individuais até requisições que garantam o bem-estar da coletividade, rompendo com a alienação e a defesa de propósitos em comum (MATINELLI, 2000).

No seio do movimento católico, eis que o Serviço Social reforça um processo de “recristianização” da sociedade, na perspectiva de soerguimento moral dos indivíduos e de suas famílias. Para tanto, as frações dos grupos dominantes e vinculados ao apostolado católico emergem para o enfrentamento das expressões da questão social⁹, como podemos observar nas considerações de Iamamoto e Raul (1985),

O Serviço Social aparece como uma das alternativas às ações caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de uma nova ‘racionalidade’ no enfrentamento da questão social. A procura de maior eficiência no tratamento dessa questão consubstancia-se, também, na solidificação do Serviço Social como instituição, intimamente vinculado ao crescimento do aparelho de Estado, no sentido de criação de ‘braços que avançam para dentro da sociedade civil’ (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985, p. 19).

Mas, somente com a requisição das instituições estatais assistenciais e previdenciárias de ações de cunho técnico é que a profissão ganha legitimidade tendo ampliação de seus postos de trabalhos (IAMAMOTO, 2013). Ao longo de sua história, a profissão esteve atrelada a uma dimensão eurocêntrica em referência ao seu arcabouço orientativo da realidade - desde das influências do pensamento da doutrina social da Igreja Católica através das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*; da aproximação sociológica com a vertente positivista; da fenomenologia e, por fim, as inspirações da teoria social crítica com aproximação da produção marxista para compreender a sociedade capitalista, as relações sociais da exploração do trabalho e as disputas entre burgueses e proletários para impor seu projeto societal (YASBEK, 2009).

Em suma, nas aproximações do aporte teórico que teve ao longo de sua história, o Serviço Social sempre recebeu as influências do eixo europeu e, em algum momento, norte-americano. No entanto, seus grandes referenciais teóricos foram os pensadores do continente colonizador de outrora, já que as revoluções europeias é que constituem a base da consolidação capitalista (OLIVEIRA; CHAVES, 2017). Nessa perspectiva argumentativa, Santos (2018) analisa a profissão na sua constituição e

observa-se que primeiro se analisa a formação do capitalismo europeu e o surgimento da Questão Social nos países centrais, para, posteriormente, olhar a realidade brasileira e latino-americana, reproduzindo – inconscientemente ou não - o relato europeu que a

são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

⁹“A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas da sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais” (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

história tanto se inicia na Europa, como é marcada por etapas as quais todos os países passarão, ocultando elementos fundantes da formação brasileira que se diferenciam do contexto europeu. Desde essa perspectiva, a gênese da Questão Social no Brasil e na América Latina está no desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na industrialização, sem considerar que essa industrialização não foi produto de um desenvolvimento de forças produtivas e da formação de um mercado interno, foi resultado também da necessidade dos países centrais em liberar-se da tecnologia obsoleta da Revolução Industrial, potencializando relações de dependência determinantes economicamente (SANTOS, 2018, p. 45).

A autora acima aponta o risco de fundamentar a questão social somente no conflito entre burguesia e proletariado por desprezar o entendimento da dominação, da exploração e a da escravidão vivenciada no Brasil, antes do período de industrialização. Ou mesmo, não confere a visibilidade devida à resistência indígena, dos negros e dos quilombos, dos movimentos insurreigentes como a Revolução do Haiti e outras expressões igualmente importantes que foram silenciados ou atribuído pouco destaque ao longo na história. Então, Santos (2018, p. 47) afirma que “(...) não é possível pensar a Questão Social sem pensar na Questão Colonial”. Para além do processo de formação econômica, política e social da América Latina, a colonialidade expressa a dominação, exploração, conflitos e contradições que perduram até os dias atuais.

Tal orientação da profissão é percebida pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) que formulam a direção do currículo ao nível de graduação. Tal movimento inicia-se a partir de 1994 com amplo debate nas Unidades de Ensino com a participação de instâncias representativas da profissão como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) a fim de rever o currículo vigente desde 1982.

A urgência da revisão curricular vem recomendada pela historicidade do Serviço Social e sua capacidade de transformação a partir das condições das relações sociais nas quais está inserido. Desta feita, na década de 90, aconteceram grandes transformações, tais como, reestruturação produtiva, reforma do Estado, a alteração das relações entre o público e o privado e, como consequência, novas formas de enfrentamento da questão social. Somado aos esforços de sustentação da lógica capitalista que sustentam a relação de produção cada vez mais desequilibrada entre a produção e a apropriação da riqueza, visando, sempre, o crescimento dos lucros.

Vale ressaltar que a educação superior não se isenta das regras econômicas do capitalismo, uma vez que, a sua intencionalidade passa a ser formar profissionais para um mercado que exige múltiplas habilidades para atender diversas competências. Uma realidade que subestima o saber e valoriza a capacidade do trabalhador exercer diversas funções simultaneamente (ARAÚJO, 2010).

A gestação do documento vai ao encontro ao panorama de reformulação da educação brasileira com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em âmbito nacional, (BRASIL, 1996) na prerrogativa de estabelecer o ensino de Serviço Social em patamares de flexibilidade, descentralização e pluralismo para acompanhar as demandas científicas e tecnológicas na sociedade contemporânea, sem perder de vista o horizonte de análise da questão social, das mudanças no tocante a produção e reprodução

da vida social, da reestruturação do Estado, do desenho das políticas públicas e do cenário de atuação profissional com suas demandas.

Conforme o documento, os pressupostos norteadores da formação profissional reafirmam a importância das particularidades brasileiras de produção e reprodução da vida, a dimensão interventiva à questão social e o seu agravamento no contexto neoliberal, na reforma estatal, na organização dos trabalhadores e nos desdobramentos no mercado de trabalho. Assim, a profissão reitera o entendimento da realidade social partindo da sociedade capitalista, das contradições e confrontos entre capitalistas e trabalhadores na exploração da força de trabalho e as múltiplas formas degradantes da vida humana.

Essas diretrizes orientam o estabelecimento de um currículo comum ou currículo pleno para os cursos de graduação com os seguintes princípios fundamentais, a saber

- 1) Flexibilidade de organização dos currículos plenos [...];
- 2) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social [...];
- 3) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- 4) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular [...];
- 5) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- 6) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos [...];
- 7) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- 8) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 9) Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional [...];
- 10) Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; e
- 11) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

Apesar das orientações acima serem primordiais no dimensionamento para a melhor qualificação do público discente, no reafirmamento dos aportes da profissão e a articulação das dimensões constituintes do fazer profissional¹⁰, o Serviço Social não transita por outras vertentes teóricas orientativas. Ou seja, permanece na lógica da teoria social crítica - mesmo que demonstre certa abertura à pluralidade no debate acadêmico. No entanto, essa discussão não influencia ou modifica o sentido orbital orquestrado desde seu processo de reconceitualização profissional¹¹.

Para tanto, a nova lógica curricular legitima a centralidade do trabalho para a constituição da vida social e a articulação de um conjunto de saberes indissociáveis para manter elevados padrões de qualidade da formação profissional é que são denominados os Núcleos de Fundamentação - teórico metodológico da vida social; da particularidade da formação sócio-histórica do Brasil; e do trabalho profissional - a fim de imprimir o entendimento do caráter de totalidade do conhecimento pelos profissionais, ao pensar a contextualização histórica e suas particularidades (ABEPSS, 1996).

¹⁰ “[...] à concepção de que o exercício profissional se constitui em uma totalidade, formada pelas três dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que mantém uma relação de unidade, apesar de suas particularidades” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 27).

¹¹ Podemos compreender o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, um plano de orientação teórico e metodológico que a profissão recusa suas bases tradicionais e aproxima-se de modo eclético e heterogêneo de correntes de pensamento das Ciências Sociais e seus respectivos teóricos para o desenvolvimento de sua análise da sociedade - sob o crivo da cientificidade e da laicização. Alguns autores como Yamamoto (2019), Yasbek (2009), Netto (2005) e outros realizam a discussão desse movimento na história da profissão.

Em seu primeiro Núcleo, que trata dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, podemos verificar o empenho dos pensantes/formuladores das diretrizes curriculares em ressaltar a relevância de conhecer e considerar diferentes teorias e filosofias, inclusive as modernas e contemporâneas, para compreensão do ser social. Diante desse aspecto, é possível apreender a configuração da sociedade burguesa, sua dinâmica e desdobramentos a partir das dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais.

Apesar do Núcleo de Fundamentação da particularidade da formação sócio-histórica do Brasil analisar a constituição histórica, política, econômica e social da sociedade brasileira considerando as disparidades regionais e as particularidades da nação; as temáticas que atravessam essas peculiaridades como raça e gênero dispõe de certa visibilidade. Porém, podemos observar que sempre são articulados às particularidades das desigualdades do desenvolvimento capitalista.

Os temas que se entrecruzam com a dimensão de classe ganham destaque; mas, mesmo com notoriedade, eles são expressos somente como conectivos na luta de classes. A impressão é que “sem o conflito capitalista-trabalhador” as demais reivindicações perdem força contestatória ou estariam em segundo plano na ordem do dia.

Por conseguinte, é de suma importância que as fontes teóricas que estruturam o curso de Serviço Social estejam atentas à conjuntura local e global, tendo em vista, todos os processos que influenciam na gênese e nas modificações da expressão da questão social. Faz-se necessária a busca pelo conhecimento da formação, trajetória, movimento, organização e de como vem sendo a manifestação social, cultural, ética e política das classes subalternas, bem como, seus mecanismos de resistência e luta (ABEPSS, 1996).

Não é sem fundamento que o Núcleo de Fundamentação seguinte - designado do trabalho profissional - ao compreender a história da sociedade, as requisições profissionais e as respostas possíveis às demandas postas visualizam o confronto de projetos societários distintos - o regido pelas relações de produção capitalista e outro fundado no socialismo/comunismo.

No tocante às disciplinas depara-se com uma gama significativa de conteúdos e pensadores que explicam e analisam a realidade social e as desigualdades sociais vividas, sob o ditame da lógica europeia de ver e pensar o mundo. Um exemplo são as referências imediatas aos pensadores clássicos do pensamento sociológico como Durkheim, Weber e Marx; as referências da teoria política como Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau; e outros autores que estão situados em seu local de fala distante do território da América Latina e do Brasil.

Quando oportuno, observarmos que o estudo dos componentes da formação sócio-histórica brasileira; dos elementos seguintes: a herança colonial; a instituição do Estado Nacional; a emergência e crise da República Velha; a industrialização, a urbanização e os atores sociais que aparecem nesse cenário; o desenvolvimento nacional no panorama internacional do capitalismo; o pós-período ditatorial e a transição ao neoliberalismo “à brasileira” (ABEPSS, 1999), deparam-se com a hegemonia do aporte teórico de análise eurocêntrico. Em determinados momentos, com representatividade não muito significativa - se comparado

aos clássicos europeus - aos autores latinoamericanos que, de alguma forma, dialogam na mesma perspectiva anteriormente citada como lógica de explicação da vida social e de suas relações.

O desafio é transcender o entendimento dicotômico e fragmentado da realidade, burguesia e proletariado - eterna luta de classes – a partir da perspectiva europeia que se internacionalizou. Também não queremos deixar lacunas para a suposição de uma possível “nova questão social”, mas a abordagem de suas expressões deve ser transversal em todo currículo, articulando os conhecimentos à fundamentação histórico da nossa realidade continental e das particularidades da formação da sociedade brasileira (CARDOSO, 2000).

Não somos contrários a essa lógica de compreender a realidade porque nela estamos inseridos, sendo demandas interventivas as ações profissionais cada vez mais direcionadas para as expressões desse confronto desigual e de amplas consequências. Reafirmamos aquilo que com zelo os antecessores formularam. Entretanto, necessitamos pautar outras formas de exploração e dominação também danosas que existiam antes da conceituação da questão social.

Considerações Finais

Este artigo suscita a reflexão sobre a influência dos estudos decoloniais sobre a formação profissional em Serviço Social inserida numa sociedade capitalista, uma vez que, fundamenta-se a necessidade de compreensão das determinações conjunturais sobre as condições de trabalho; as expressões do objeto de trabalho do/a assistente social, qual seja, a questão social; e a construção das bases teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão subsidiadas pelas diretrizes curriculares.

A realidade social, quer seja nacional ou internacional, assim como, seu projeto ético-político, vem requisitando ao Serviço Social, a revitalização dos debates profissionais sobre as novas formas de expressão da questão social que incorporam dimensões políticas e ideológicas atentas aos assuntos decoloniais presentes na formação da sociedade. Estas se desdobram em manifestações de poder presentes nas relações objetiva e subjetiva de produção material e científica.

Os estudos decoloniais contribuem para decifrar fenômenos e demandas sociais transversadas por questões étnicas raciais presentes na constituição da sociedade brasileira, como trata Aníbal Quijano na sua reflexão sobre a divisão da sociedade em classes a partir desse critério, e assim problematizar o objeto de intervenção da profissão.

Ademais, podemos salientar que a apropriação da visão crítica latino-americana pulsada pelos estudos decoloniais, possibilita o distanciamento do conhecimento eurocêntrico que retrata uma leitura naturalizada da dominação cultural – que afeta a produção e reprodução da subjetividade – e da exploração refletida sobre o controle do trabalho sob hegemonia do capital. Diante do exposto, entendemos ser imprescindível que valorem a diversidade e riqueza epistêmica que abrange o patrimônio da humanidade, honrando o conhecimento, a experiência e o diálogo entre os grupos sociais.

Destacamos que o Serviço Social, por sua natureza interventiva, deve se reconfigurar para entender a complexa dinamicidade das relações sociais, as modificações históricas provocadas por tensões que exigem uma reorientação da prática profissional para se aproximar do movimento dos interesses sociais que mediatizam seu cotidiano. Para corresponder esses pressupostos, os/as profissionais fomentaram o Movimento de Reconceituação, cujo propósito foi dinamizar os fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para potencializar a análise teórica e a prática profissional latente no campo ocupacional.

Para entender as demandas profissionais do Serviço Social é imprescindível desvendar a natureza dos discursos dominantes do sistema capitalista, dos determinantes históricos e da gestão dos aparelhos estatais que fundamentam e direcionam as práticas profissionais. A natureza interventiva da profissão exige uma sistematização teórica e planejamento estratégico que subsidiem a mediação entre as necessidades sociais vinculadas no cotidiano profissional para enfrentamento das desigualdades sociais.

O projeto atual de ensino superior defendido pelo Serviço Social ratifica a importância do ensino, pesquisa e extensão na consolidação de um projeto educativo que vislumbre uma sociedade mais justa e deve buscar uma estrutura curricular que atenda os novos desafios impostos às Universidades no processo de formação de futuros profissionais.

Reafirmamos a importância do alinhamento com o aporte teórico da teoria social crítica, componente histórico-hegemônico da profissão, que possibilita realizar a leitura da sociabilidade capitalista em suas demandas e contradições. Também ressaltamos a urgência da inclusão curricular, ao nível de graduação, de temáticas marcadas pelos assuntos decoloniais que possibilitem ampliar a capacidade interpretativa dos discentes das peculiaridades que marcam a sociedade brasileira e que perduram ao longo do tempo.

A elaboração de um currículo exige uma seleção arquitetada de conteúdos e procedimentos para orientar os mecanismos de ensino, delineando os conhecimentos a ensinar e como efetivá-lo. Assim, a formação profissional deve vislumbrar o aprimoramento dos futuros profissionais para o enfrentamento às múltiplas expressões da questão social; que permanece única, mas que na lógica capitalista desponta em novas roupagens cada vez mais violentas, abusivas, opressoras e desafiantes.

Referências

ARAÚJO, Ana Quércia Pereira de. **Formação Profissional em Serviço Social: embates no estágio entre o projeto ético-político e as demandas do mercado de Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - Paraíba, p. 155. 2010.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, nov., 1996. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 01 set. 2021.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes curriculares**. 1999. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf . Acesso em ago. 2021.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Resolução nº 15, de 13 de novembro de 2002. Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. 2002. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em ago. 2021.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 set. 2021.

CALDAS, Fabiola Renata; BRITO, Antônio José Guimarães. Deus é amor: aculturação religiosa e etnocídio entre os Guarani Kaiowá na aldeia Bororó de Dourados, MS. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 14, n. 1, p. 215-232, jan./jun. 2013. Disponível em <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1283/1437>. Acesso em ago. 2021.

CARDOSO, Franci Gomes. **As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios**. Temporalis, Brasília, DF, n. 2, 2000.

CARVALHO, Silva de. **Os povos da América antes da invasão européia**. Moitara: Revista Eletrônica da Fundação Araporã. Dossiê Terra Indígena [Edição Especial], Fundação Araporã, v. 3, n. 2, p. 49-54, 2015. Disponível em <http://fundacaoarapora.org.br/moitara/wp-content/uploads/2017/05/V3-49-54-OS-POVOS-DA-AM%C3%89RICA-ANTES-DA-INVAS%C3%83O-EUROP%C3%89IA.pdf>. Acesso em ago. 2021.

DIEESE. **Os negros no trabalho**. São Paulo, n. 1, nov. 2013. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>. Acesso em 03 set. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, ano II, jan./jun., 2001. p. 9-32. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, n.136, set./dez., 2019, p. 439-461. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPjJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica metodológica**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1985.

LANDER, Edgard. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In. LANDER, Edgard (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLASCO), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set., 2005, p. 8-23. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf. Acesso em ago. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a partir da Questão Social**. Revista Temporalis. Ano II, n. 3, jan./jul., 2001. p. 41-50. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusta. **80 anos de Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 146-163, jan./abr., 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em ago. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Colección Sur Sur, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLASCO), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set., 2005, p. 117-142. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Almedina ed., jan., 2009, p. 73-117. Disponível em <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em ago. 2021.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP e Aftaesall, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiros dos. **Questão social e decolonialidade: relações entre questão colonial e questão social no Brasil**. Anais do Congresso Epistemologias do Sul, v. 2, n. 1, 2018, p. 44-51. Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/acces/article/view/841/828>. Acesso em ago. 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Iolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-48.

SILVA, Fabrício Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. **Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina**. Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 1, 2018, p. 68-87. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980/14269>. Acesso em ago. 2021.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da Silva. Decolonialidade e estudos críticos do discurso: convergências para abordagens antirracistas no Brasil. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 18, p. 118-130. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51983/34466>. Acesso em 02 ago. 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In CFESS, Serviço Social: direitos sociais e competências sociais.

2009. Disponível em <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em ago. 2021.

Contribuições dos autores:

Francisco Elenilton Rodrigues do Nascimento: Delimitação do tema, elaboração da pesquisa, elaboração conjunta do texto e avaliação final do artigo.

Maria Lucielma Barbosa Vieira: Delimitação do tema, elaboração da pesquisa, elaboração conjunta do texto e avaliação final do artigo.

Francisco Ercílio Moura: Orientação e avaliação final do artigo.
